



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ
Sala de Reuniões “Isabel dos Santos” do prédio da OPAS/OMS, 1º andar
Brasília-DF, 25 de agosto de 2009. Horário: 9h às 18h

Coordenação da Reunião: Sérgia de Souza Oliveira (MMA) e Guilherme Franco Netto (MS)
Relatoria: Ana Paula Pinho R. Leal e Marília Passos T. de Almeida (ambas do MMA)

Instituição	Representante	e-mail
Representantes Titular ou Suplente		
ABIQUIM	Marcelo Kós Silveira Campos	marcelo@abiquim.org.br
ANVISA	Luiz Cláudio Meirelles	luiz.claudio@anvisa.gov.br
CUT	Itamar José Rodrigues Sanches	itamar_sanches@uol.com.br
FBOMS	Zuleica Nycz	zu.terra@terra.com.br
FIOCRUZ	Jorge Machado	jorge.huet@saude.gov.br
FUNDACENTRO	Fernando Vieira Sobrinho	fernando@fundacentro.gov.br
	Swylmar dos Santos Ferreira	swylmar.ferreira@fundacentro.gov.br
IBAMA	Marisa Zerbetto	marisa.zerbetto@ibama.gov.br
MAPA	Júlio Sérgio de Britto	julio.britto@agricultura.gov.br
MCT	Márcia dos Santos Gonçalves	mgoncalves@mct.gov.br
MDIC	Hearle Vieira Calvão	hearle.calvao@mdic.gov.br
MI	Armin Augusto Braun	armin.braun@integracao.gov.br
	Magno dos Santos Nunes	magno.nunes@integracao.gov.br
MMA/ASIN	Júlio César Baena	julio.baena@mma.gov.br
MMA	S Sérgia de Souza Oliveira	sergia.oliveira@mma.gov.br
MME	Alexandre Trajano Arruda	alexandre@dnpm.gov.br
MRE	José Solla Vázquez Junior	solla@mre.gov.br
MT	Gerson Clóvis Maltý	gerson.malty@transportes.gov.br
MS	Guilherme Franco Netto	guilherme.netto@saude.gov.br
MTE	Diego Folly de Andrade	diego.andrade@mte.gov.br
OPAS/OMS	Alysson F. Lemos	alysson.lemos@saude.gov.br
Demais Participantes		
MS/SVS/DSAST	André Fenner	andre.fenner@saude.gov.br
	Cássia de Fátima Rangel	cassia.rangel@saude.gov.br
	Fernanda Fonseca	fernanda.fonseca@saude.gov.br
	Marina Moreira Freire	marina.freire@saude.gov.br
	Patrícia Louvandini	patricia.louvandini@saude.gov.br
	Renata V. Neto	renata.neto@saude.gov.br
MTE	Grasiele Silva Ribeiro	grasiele.silva@mte.gov.br

	Gleide Nogueira Moraes	gleide.moraes@mte.gov.br
MMA/SMCQ/DQA M	Ana Paula Pinho Rodrigues Leal	ana.pinho@mma.gov.br
	Andréia Pereira Silvério	andrea.silveiro@mma.gov.br
	Camila Arruda Boechat	camila.boechat@mma.gov.br
	João Alberto Andrade	joao.andrade@mma.gov.br
	João Pedro Fernandes Melo	joao.melo@mma.gov.br
	Marília Passos T. de Almeida	marilia.almeida@mma.gov.br
	Mário César Oliveira	mario-cesar.oliveira@mma.gov.br
	Mirian de Oliveira	mirian.oliveira@mma.gov.br
	Mirtes Boralli	mirtes.boralli@mma.gov.br
	Robinson Oliveira	robinson-antonio.oliveira@mma.gov.br
	Rosaura Maria Morais	rosaura.morais@mma.gov.br
MME	Wilma dos Santos Cruz	wilma.cruz@mme.gov.br
Ausências		
ABEMA	Ausências Justificadas.	
USP	Ausências Justificadas	
UnB	Ausência não justificada	

1. Abertura

A reunião foi iniciada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), representado pela *Sra. Sérgio de Souza Oliveira, Diretora de Qualidade Ambiental na Indústria*, que deu boas-vindas a todos e comentou a importância do encontro, com a finalidade primordial de retomar os trabalhos da CONASQ, que há três anos não se reunia.

A representante do MMA convidou a compor a mesa o *Sr. Guilherme Franco Netto*, representante do Ministério da Saúde (MS), o *Sr. José Solla Vázquez Junior*, representante do Ministério de Relações Exteriores (MRE), o *Sr. Alysson Lemos*, representante da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e o *Dr. Henrique Brandão Cavalcanti*, coordenador do III Fórum Internacional de Segurança Química (FISQ) e também representante deste Fórum na CONASQ por vários anos.

O representante do MS destacou a expectativa daquele Ministério para o reestabelecimento e renovação da Comissão. O representante da OPAS/OMS manifestou interesse da sua instituição em dar continuidade ao trabalho da CONASQ, auxiliando neste processo de retomada. O representante do MRE lembrou que a CONASQ é o fórum adequado para o debate interno no país, especialmente para definir posicionamentos frente à agenda internacional de segurança química, disponibilizando, assim, para o MRE insumo técnico respaldado, necessário para negociações internacionais. *Dr. Henrique Brandão* agradeceu as palavras e registrou sua satisfação em estar presente neste momento, desejando êxito à CONASQ, cujo escopo é a segurança química, setor que provoca grandes impactos ambientais e também econômicos ao nosso país. A representante do MMA destacou a parceria entre MMA e MS, para realização desta reunião, e o esforço que está sendo empreendido para a retomada

concreta dos trabalhos da Comissão. Salientou que, neste esforço incluiu inclusive a escolha do prédio da OPAS como local para a realização desta 24ª Reunião, pois nos faz lembrar de reuniões históricas da CONASQ. Comentou que dentre os representantes presentes, alguns participam desde o início da CONASQ, outros foram re-indicados em virtude da Chamada oficial feita pelo MMA em 2007 e outros lá estavam pela primeira vez, razão pela qual seguiu-se a uma rodada de apresentação.

Após a rodada de apresentação, a *representante do MMA* introduziu a recém empossada *Gerente de Segurança Química (GSQ) do MMA, Sra. Ana Paula Pinho*, passando-lhe a palavra para fazer a apresentação do primeiro ponto da pauta aprovada da reunião: Comissão Nacional de Segurança Química – retrospectiva.

2. Comissão Nacional de Segurança Química: retrospectiva

A apresentação (Anexo I) abordou os seguintes pontos, nesta ordem:

- Contexto Histórico da Comissão;
- Instrumentos legais da Comissão: portarias de criação e regimento interno;
- Objetivo geral da CONASQ;
- Composição atual da CONASQ;
- Perfil de participação das instituições;
- Linhas Prioritárias da COPASQ;
- Ações da CONASQ;
- Documento-base do PRONASQ: Marco Conceitual, Princípios e Diretrizes, Objetivos, Linhas Temáticas, Estratégias de Implementação, Linhas de Ação;
- Projetos Executivos das Linhas de Ação;
- Segurança Química no PPA;
- Comissões Interinstitucionais relacionadas à gestão de segurança química.

3. Debates

A *representante do MMA* solicitou ao *representante do MS, Vice-Presidente da Comissão*, que presidisse os trabalhos daquela sessão e propôs que a plenária, a partir do que foi apresentado, realizasse uma avaliação dos resultados obtidos pela Comissão. Comentou sobre o GHS que, na opinião do MMA configurava-se como uma Linha de Ação de sucesso, envolvendo várias instituições.

A *representante da FBOMS* solicitou esclarecimento sobre como ocorreu à alteração entre as 17 Linhas Prioritárias da COPASQ e as atuais Linhas de Ação do PRONASQ. A *Gerente de Segurança Química* esclareceu que, quando a CONASQ foi estabelecida, as Linhas Prioritárias da antiga COPASQ foram aglutinadas de modo a se estabelecer um número reduzido de prioridades. Algumas dessas prioridades vinham sendo implementadas e, com a elaboração do PRONASQ, elas continuaram sendo, porém sob uma nova roupagem - como Linhas de Ação do PRONASQ. Assim, a CONASQ deu continuidade ao trabalho iniciado pela COPASQ.

A representante da FBOMS perguntou se os Grupos de Trabalho que cuidavam das Linhas Prioritárias foram extintos, sendo esclarecido que esses grupos não foram extintos, contudo, a falta de articulação e coordenação entre as diferentes instituições envolvidas não permitiu que as ações fossem executadas conjuntamente e que os resultados obtidos individualmente fossem sistematizados.

A representante do IBAMA, que acompanhou os trabalhos da Comissão de 2001 a 2005, complementou a explicação, destacando que Comissão surgiu por uma iniciativa do MMA, como o intuito de congregiar todas as instituições relacionadas ao contexto de segurança química. Porém, sempre foi identificada grande dificuldade na implementação das Linhas de Ação da COPASQ, em especial porque muitos dos representantes tinham dificuldades em internalizar o assunto como prioritário em suas instituições. Como resultado, algumas instituições se sentiam apenas “convidadas” e não parte do processo. Esta situação dificultou a implementação de algumas das linhas e ocasionou a falta de previsão orçamentária no âmbito do PPA. Relatou, ainda, a dificuldade de colaboração entre as instituições, falta de articulação, sobreposições de agendas de trabalho dos representantes, entre outras e que o PRONASQ foi criado com o objetivo de assegurar no orçamento das instituições recursos para fazer frente às suas responsabilidades, caminhando desta forma, para estruturar uma Política Nacional de Segurança Química.

A representante do MCT destacou que os órgãos que compõem a CONASQ têm a responsabilidade de execução de ações relativas à segurança química e ressaltou que as ações iniciadas no âmbito da CONASQ tiveram continuidade em muitas instituições. Exemplificou sua narrativa destacando a realização do 1º Pequim Internacional, em uma parceria entre MCT e Defesa Civil Nacional (MI), que teve foco na inspeção de armas químicas.

O representante da Assessoria Internacional do MMA (ASIN/MMA) ressaltou a importância de que as deliberações da CONASQ têm no âmbito das discussões internacionais, no CONAMA e em outras instâncias. Opinou que a prioridade para o atual momento da Comissão é alcançar alguns consensos em relação a temas em discussão neste momento. Do ponto de vista deste representante, a descentralização das coordenações das Linhas de Ação do PRONASQ é excelente, pois faz com que as instituições percebam a importância de seu papel e a necessidade de trabalhar de forma cooperativa para implementar as ações. Neste ponto lembrou que o GHS só se concretizou porque todos estavam lado a lado.

O representante da CUT, que está na Comissão desde 2005, informou que nunca havia sido apresentada a ele uma retrospectiva da forma como foi feita na apresentação “Comissão Nacional de Segurança Química – retrospectiva”, e destacou a importância de ser resgatado o histórico da comissão para avaliar as alternativas de continuidade. Fazendo um comparativo com outras comissões, notadamente a experiência das comissões tripartites, opinou sobre o fortalecimento da representação da sociedade civil na Comissão, em especial devido à importância deste fórum para a segurança química no país. Desta forma ressaltou a necessidade de se estabelecer um mecanismo que impeça a interrupção abrupta de seus trabalhos. Como proposta de ação, solicitou que fosse avaliada a possibilidade de divulgação imediatamente as ações desenvolvidas pelos órgãos. Finalizando, informou que a CUT e outros parceiros estão discutindo uma nova comissão de gestão de segurança química, com formato distinto da CONASQ.

O *representante do MDIC* destacou que o sucesso do GHS se deveu, principalmente, aos esforços pessoais de alguns representantes, pois, em alguns casos, os membros da CONASQ não têm apoio institucional para dar encaminhamento às deliberações da Comissão em seus órgãos. Destacou, também, que, da mesma forma que um decreto presidencial instituiu o Grupo de Trabalho do GHS, considera pertinente que a CONASQ seja instituída por decreto, destacando o comprometimento de cada instituição e fortalecendo a comissão. Ressaltou, ainda, que a segurança química é uma agenda que demanda um trabalho cooperativo e de coordenação.

O *representante da FIOCRUZ/MS* compartilhou a opinião de que a proposta da CONASQ foi ambiciosa, de perspectiva ampla, mas que faltou governança, ou seja, não foi construída uma base institucional para implementar as ações. Além deste ponto, faltou a base legal/regulação para a área de segurança química. Ressaltou que algumas instituições estão fragilizadas, citando como exemplo o MTE, que, segundo o mesmo, já foi mais atuante na elaboração de legislação sobre segurança química.

Quanto à dificuldade de financiamento para as ações, o representante destacou que o PPA não apresenta uma lógica de ações interinstitucionais, configurando um problema que deve ser discutido na CONASQ, e que a sugestão de criação de um Fundo de Segurança Química surgiu dessa precariedade do PPA. Relatou que a FIOCRUZ liderou o Grupo de Informação, uma das linhas de ação do PRONASQ, que, embora extremamente importante, não saiu do papel, pois não foram destinados recursos financeiros para este fim. Lembrou que a estruturação do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST) no MS está em consonância com a perspectiva de fortalecimento da CONASQ.

O *representante do MTE* concordou com a importância do empenho pessoal dos representantes da CONASQ, na atuação das instituições na Comissão e citou experiências de Comissões e Grupos no âmbito do MTE, em especial na instituição de presidências rotativas, tripartites e com deliberação por consenso. Explicou que essas Comissões, assim como a CONASQ, são importantes mecanismos que permitem articulação e gerenciamento de conflitos entre as instituições. Destacou a importância dos esforços das instituições para superar a precariedade de recursos para a segurança química no PPA, ressaltando que este Plano carece de lógica intergovernamental.

A *representante da FBOMS* sugeriu a apresentação de relatórios de atividades das instituições, como forma de se conhecer o estado da arte das ações em segurança química e entender as dificuldades existentes. Destacou que a sociedade civil possui dificuldades, tanto quanto os órgãos do governo. Opinou que o empresariado põe inúmeros obstáculos à consolidação de uma base legal sólida sobre segurança química e destacou que considera importante o governo posicionar-se sobre suas prioridades em relação às ações deste tema. Ressaltou sua expectativa de que a CONASQ se configure como um fórum de diálogo entre sociedade civil e governo, e apoiou o PRONASQ como ponto de partida para a reestruturação da Comissão.

Após manifestar sua satisfação com a re-convocação da CONASQ, o *representante da FUNDACENTRO* concordou com as dificuldades que o governo possui para planejar seus recursos financeiros e sugeriu que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) seja convidado para participação em reunião futura. Sugeriu também a realização de reunião com os titulares das

instituições para sensibilização sobre a importância da CONASQ. Registrou interesse em conhecer as iniciativas adotadas pelas diferentes instituições no âmbito da segurança química.

O representante do MS apoiou a necessidade de realização de uma avaliação política da CONASQ e de suas ações e opinou que a paralisação das atividades da Comissão podem ter sido reflexo de mudanças estruturais tanto no MMA como em outros ministérios. O representante fez referência ao Perfil Nacional de Gestão de Substâncias Químicas, destacando as perspectivas setoriais predominante no documento final e ressaltou duas importantes questões a serem tratadas pela Comissão: (1) o envolvimento dos entes federados (estados e municípios), e (2) o pleno envolvimento da sociedade civil (no sentido mais amplo, incluindo o Poder Legislativo e o Judiciário).

O representante do MME relatou que o referido Ministério possui quatro entidades vinculadas (ANEEL, ANP, DNPM e CPRM), sendo que tramita no âmbito governamental PL do DNPM em agência reguladora de mineração, cujo poder decisório possui autonomia contra ingerências meramente políticas. Desta forma, segundo ele, o MME adquiri plena capacidade para responder aos impactos gerados pelo setor sob sua responsabilidade.

Ressaltou a importância de não se colocar setores como o de energia, desenvolvimento e agricultura em situação de defensiva, mas sim reconhecê-los como setores colaboradores. Destacou que o MME tem plenas condições de normatizar as decisões da CONASQ por meio de suas agências reguladoras, mas ressaltou que considera fundamental que as decisões da comissão sejam tomadas de forma democrática, indicativa, assim não interferindo nas políticas setoriais do MME.

O representante da ABIQUIM destacou a importância da inclusão da CNI nas reuniões da Comissão, visto que essa instituição representa uma parte significativa do empresariado nacional, enquanto que a ABIQUIM representa um setor das indústrias químicas. Ressaltou que a ABIQUIM defende a estruturação para o fortalecimento CONASQ, e que as ações da Comissão são um referencial para a indústria. Por fim destacou o papel da Comissão como referencial para a sociedade nas discussões de segurança química e reforçou que, embora o governo seja maioria na CONASQ, a ABIQUIM não identificou imposições por parte da Comissão, em detrimento de interesse da sociedade civil, que ele também representa.

A representante do MMA destacou a falta de foco dos assuntos tratados pela comissão, sendo evidente a frustração quanto à expectativa do que a CONASQ poderia/deveria fazer. Ressaltou que a CONASQ não é um foro para resolução de problemas pontuais ou localizados, mas sim uma formuladora e impulsionadora de políticas públicas de segurança química, sendo este seu grande desafio. Ressaltou, neste contexto, a necessidade de que o escopo de atuação da Comissão seja definido com clareza. Informou que no MMA a agenda de segurança química vem sendo cada vez mais fortalecida e que concorda plenamente que as outras instituições continuaram desenvolvendo suas ações.

Em relação ao PRONASQ, ressaltou a necessidade de revisão das Linhas de Ação. Reforçou que a CONASQ, em sua essência, é um fórum de conflito que, por possuir uma grande riqueza de representações, contribui para o fortalecimento da segurança química no país. Por fim destacou que

quanto maior o grau de influência política dos representantes da CONASQ, maior será a possibilidade de que decisões da Comissão sejam institucionalizadas.

4. Perspectivas para além do PRONASQ

No período da tarde, a partir de uma síntese, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, sobre as idéias e sugestões apresentadas pelos presentes foram debatidas as perspectivas da Comissão, tendo como referência o PRONASQ.

Na síntese dos temas, os *representantes da FIOCRUZ, FUNDACENTRO e MME* solicitaram ressaltar como fundamentais, respectivamente, (1) a falta de regulação na área de segurança química, (2) a importância de conhecer as ações que as instituições estão desenvolvendo, para não haver duplicidade de esforços e (3) a necessidade de estabelecer mecanismo para que as discussões da CONASQ sejam absorvidas por órgãos normativos.

A *representante da FBOMS* propôs uma configuração paritária para a CONASQ e que a Comissão possua caráter deliberativo. Além disso, sugeriu a revisão das regras de procedimentos da Comissão, sobre direitos e deveres dos membros, suas atribuições e a inclusão de associações civis de defesa do consumidor, agroecologia, trabalhadores contaminados e outros grupos de interesse. Destacou que o PRONASQ deve ser revisado e que a ausência de uma política nacional deve ser a justificativa para a ausência de uma interinstitucionalidade no PPA. A reforma da CONASQ deve ser a prioridade neste momento.

O *representante do MTE* destacou que, além da retomada das discussões, é necessário realizar uma reformulação do modelo da CONASQ, discutindo-se o regime da coordenação (rotativo ou não), o papel da CONASQ, sua importância e representatividade. Ressaltou que para o MTE a CONASQ é um foro para discussão e formação de posições coesas, o que confere legitimidade a suas decisões. Em sua opinião, a principal função da Comissão é de articulação e não de determinação/formulação de políticas e sugeriu a formação de um grupo para debater a questão da reformulação.

O *representante da ANVISA* opinou que falta à CONASQ uma agenda mais concreta e sugere que a mesma se debruce mais sobre questões regulatórias e de fiscalização do uso de substâncias químicas nas indústrias.

O *representante da ABIQUIM* destacou a necessidade de realizar uma reflexão sobre que resultados queremos para a CONASQ e, com base nisso, repensar o seu formato, técnico ou político. Ressaltou seu entendimento de que a CONASQ é uma comissão técnica e sustentou que seus membros devem se esforçar para construir uma agenda atrativa, que mereça a atenção dos quadros políticos das instituições e, assim, seja prioritária.

O *representante da CUT* defendeu uma nova configuração para a CONASQ, informando que foram construídas propostas sobre isso em fóruns paralelos. Sugere uma coordenação rotativa e que este novo formato seja previsto num novo Regimento Interno da CONASQ. Concorde com o

representante da ABIQUIM que deve haver uma discussão política da gestão.

O *representante do MS* resumiu as questões apontadas em dois aspectos: (1) revisão das ações desenvolvidas pelas instituições, para atualizar a agenda da segurança química e, (2) discussões sobre gestão e governança da CONASQ. Vislumbrou três encaminhamentos possíveis: (1) Pautar as duas questões concomitantemente, (2) eleger a gestão da governança (razão de ser da CONASQ) como prioridade e, em seguida, tratar das questões afetas ao objeto da CONASQ, ou (3) pautar o encaminhamento com as questões afetas ao objeto da CONASQ, priorizando o aprimoramento da agenda da segurança química e, depois, discutir ajustes de governança e gestão. Propôs que o trabalho de retomada dos trabalhos da CONASQ se estenda de setembro a dezembro – três meses – e que ao final do ano tenhamos os dois aspectos trabalhados.

A *representante do MMA* relatou sua preocupação com a quantidade de questões propostas para discussão de reestruturação, entendendo que a prioridade deve ser a discussão sobre “o que queremos da CONASQ”, com a elaboração de uma proposta de documento verificando prioridades e revendo os fluxos para construção de uma agenda concreta.

A *representante da FBOMS* reforçou seu entendimento de que a reforma da CONASQ é necessária, mediante elaboração de um novo Regimento Interno, com estabelecimento claro de funções/competências e definição de instrumento legal regulamentador. Concorda que não é o momento para se discutir a composição da CONASQ, mas, quando o for, proporá maior participação da sociedade civil.

A *representante do IBAMA* refletiu que o presente momento de retomada leva à reflexão e proposição de mudanças, e propôs que a Comissão busque discutir questionamentos, como: O que a CONASQ deve ser e fazer? O que precisa ser feito? Qual a realidade nacional? A CONASQ deve ser repensada como um foro de discussão, que pode ser dividida em grupos para trabalhar melhor os temas e identificar necessidades? A CONASQ deve ser uma instância política decisória? Como se daria a participação de Estados na Comissão? Que instituições devem compor a CONASQ?

O *representante da FIOCRUZ/MS* defendeu que sejam definidos com clareza os objetos da CONASQ, pois os mesmos orientaram a formulação de uma futura Política Nacional de Segurança Química. Propôs a formação de dois Grupos de Trabalho: O primeiro responsável pela análise das ações que vêm sendo desenvolvidas pelas instituições e revisão do PRONASQ e análise, com reavaliação de prioridades; e um segundo, que utilizaria os resultados obtidos pela análise e formularia a Política Nacional de Segurança Química, tendo por base também a SAICM.

A *Gerente de Segurança Química do MMA* apresentou uma proposta de fluxo de avaliação do PRONASQ e das ações das instituições. O fluxograma apresentado sugere a formação de um GT, que estabelecerá uma proposta de metodologia para diagnóstico das ações de segurança química desenvolvidas atualmente. Haveria o levantamento das informações institucionais e realizações de oficinas para o diagnóstico. Por fim, o diagnóstico seria consolidado, para servir de insumo à formulação de um plano/política nacional.

O *representante do MS* acrescentou que, além do estado da arte, é importante que sejam explorados a missão, visão, objetivos e instrumentos estratégicos, com construção de agenda estratégica a partir de 2010.

O *representante da FIOCRUZ* reformulou sua proposta de encaminhamento, destacando que os próprios ministérios deveriam realizar o levantamento de suas ações, inserindo suas novas prioridades. Seria constituído um único GT que utilizaria o resultado obtido pelas instituições para formular proposta de trabalho da CONASQ, para ser apresentada na I Conferência Nacional de Saúde Ambiental. Defendeu que a CONASQ se envolva nesta Conferência.

A representante *da FBOMS* opinou que a participação da CONASQ na I Conferência de Saúde Ambiental é prematura e precipitada, considerando que a Comissão está iniciando processo de retomada e reestruturação. Defende que a prioridade para o momento deve ser a revisão da própria CONASQ. Assim, propõe um fluxo inverso: a CONASQ pode aproveitar os resultados da Conferência para definir como pode atuar. Assim, um GT faria a sistematização do levantamento das ações dos Ministérios, e o outro cuidaria da proposta de reformulação da CONASQ.

A *representante do MCT* destacou a necessidade de agilizar os trabalhos, concordou que cada instituição deve realizar o levantamento de suas ações, informar o que vem fazendo, o que ainda precisa ser feito, quais suas prioridades hoje e, também, como a CONASQ pode participar deste processo. Sugeriu que na próxima reunião da Comissão cada órgão apresente suas ações na plenária e, todos juntos, definam a proposta de trabalho da CONASQ.

O *representante do MS* sugeriu que um grupo poderia preparar documento-padrão para que as instituições possam preencher e informar suas ações. Este mesmo grupo faria a sistematização das informações.

5. Encaminhamento

1º) Formação de dois Grupos de Trabalho. O primeiro, denominado **Operacional**, terá como objetivo elaborar o documento-padrão para que as instituições possam preencher e informar suas ações e prioridades. Ao fim, compilará os resultados para apresentação à CONASQ, a subsidiar a definição dos próximos passos. O segundo grupo se dedicará às questões **Estratégicas**, e discutirá o conteúdo e forma da CONASQ, seu papel e objetivo, com preparação da agenda da Comissão para 2010.

2º) Os grupos terão a seguinte formação: - Grupo 1 (Operacional): Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente, sob a coordenação de Ana Paula Pinho (MMA) e - Grupo 2 (Estratégico): Zuleica Nycz (FBOMS), Diego Folly e Roque Puiatti (MTE), Hearle Calvão (MDIC), Jorge Machado (FIOCRUZ), André Fenner (MS), Marcelo Kós (ABIQUIM), Alexandre Trajano (MME) e representante do IBAMA, sob a coordenação de SÉrgia Oliveira (MMA).

3º) O Grupo 1 trabalhará essencialmente à distância e seus membros trocarão sugestões por email, podendo marcar reunião se julgarem conveniente. A coordenadora do grupo, Sra. Ana Paula Pinho,

enviará a primeira minuta do documento para receber a contribuição dos demais.

4º) A coordenadora do Grupo 2 lançará inicialmente temas provocadores para reflexão do grupo. A reunião do GT ficou marcada para o dia 29 de outubro, das 10h às 17h.

5º) Próxima reunião da CONASQ será realizada na segunda quinzena de novembro, em data ainda a ser definida.

6º) Na 25ª Reunião da CONASQ será definido Grupo para acompanhar a I Conferência de Saúde Ambiental, a acontecer em dezembro.

7º) Para o próximo PPA, os Ministérios membros da CONASQ deverão prever programa específico para Segurança Química.